



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Av. Joaquim Teotônio Segurado, 102 Norte, Cj. 01, Lts 01 e 02 - CEP 77006-002 - Palmas - TO - www.tceto.tc.br

PARECER JURÍDICO

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Alteração Contratual. Acréscimo Quantitativo. Art. 124, Inciso I, alínea “b” e Art. 125, ambos da Lei nº 14.133/2021. Possibilidade.

I - RELATÓRIO

1. Vieram à exame desta Assessoria Jurídica os autos do processo SEI nº 23.003185-4 para fins de análise e emissão de parecer acerca da possibilidade jurídica de proceder aditamento ao Contrato nº 45/2024 (Doc. Sei nº. 0701835).

2. Nota-se que o aditamento pretendido foi provocado pelo Gabinete da Presidência, por intermédio do Despacho nº.18580 Doc. Sei nº.0717055, datado de 04 de junho de 2024 encaminhado à Diretoria Geral de Administração e Finanças-DIGAF, onde expõe que:

“Considerando os termos e quantitativos estipulados no Contrato 45/2024 (doc. sei nº 0701835), o qual encontra-se na iminência de esgotamento total de seu objeto, conforme Requisições, em especial as mais recentes de nº 0715138, 0715143 e 0715147.

Considerando, ainda, os eventos vindouros já agendados para o mês corrente, como é o caso daquele que tratará da gestão de resíduos sólidos, abordando alternativas para a eliminação de lixo no Estado do Tocantins, que objetiva orientar o jurisdicionado sobre o tema.

Solicito os valorosos préstimos da Diretoria-Geral de Administração e Finanças – DIGAF, no sentido de iniciar as tratativas para aditamento da aludida avença, observada as normas legais. ”

3. Ato contínuo, á **DIGAF** encaminhou os autos á **Coordenadoria de Administração** para realizar a comunicação com a empresa e verificar se esta tem interesse na realização do pretenso termo aditivo. Desse modo, após envio do e-mail de solicitação (0717137), consta expressa anuência da contratada (Doc. Sei nº. 0717142).

4. Verifica-se que foi acostada aos autos pesquisa de preços demonstrando a vantajosidade de aditivar o respectivo contrato nº. 45/2024 (0717209) ; **Planilha COADM** (0717211); Autorização nº 154/2024 (0717433), contendo todos os dados orçamentário-financeiros que irão fazer face às despesas com o acréscimo contratual, bem como a DD-Detalhamento de Dotação nº 2024DD00646 (0717464).

5. Valioso consignar que, reputando-se ao acréscimo requisitado, o Contrato nº 45/2024 será majorado no valor de R\$ 33.972,00 (trinta e três mil, novecentos e setenta e dois reais), perfazendo o valor total do contrato a quantia de R\$ 169.917,00 (cento e sessenta e nove mil, novecentos e dezessete reais).

6. Por fim, a **COLCC** encaminhou os autos à **ASSJ** (0717529) para conhecimento e emissão de parecer acerca da minuta do Primeiro Termo Aditivo Unilateral ao Contrato nº 45/2024 (0717513).

7. É o relatório, no essencial.

II – FUNDAMENTAÇÃO

8. Inicialmente é salutar trazer à baila os arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021 de modo a aclarar que à Administração é permitido alterar contrato quando necessários acréscimos ou supressões nas compras, obras ou **serviços**, conforme abaixo:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

9. De acordo com os dispositivos citados acima resta indubitado a possibilidade de a Administração Pública, apresentadas as devidas justificativas, pleitear a alteração do valor contratação motivada pelo acréscimo quantitativo do seu objeto.

10. Acresça-se, ainda, que a Nova Lei de Licitações e Contratos (art. 125) manteve a regra do antigo estatuto licitatório, impondo a obrigatoriedade ao contratado de aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras no **limite de até 25% do valor inicial atualizado do contrato** e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

11. As alterações contratuais distinguem-se em qualitativas e quantitativas. Conforme afirma Marçal Justen Filho (2009) sobre as alterações qualitativas:

Modificação Qualitativa: Alteração do projeto ou de suas Especificações.

A melhor adequação técnica supõe a descoberta ou a revelação de circunstância desconhecida acerca da execução da prestação ou a constatação de que a solução técnica anteriormente adotada não era a mais adequada. Os contratos de longo prazo ou de grande especialização são mais suscetíveis a essa modalidade de alteração. Não há muito cabimento para essa hipótese em contratos de execução instantânea ou cujo objeto seja simples ou sumário.

A hipótese da alínea “a” compreende as situações em que se constata supervenientemente a inadequação da concepção original, a partir da qual se promovera a contratação. Tal pode verificar-se em vista de eventos supervenientes.

Assim, por exemplo, considere-se a hipótese de descoberta científica, que evidencia a necessidade de inovações para ampliar ou assegurar a utilidade inicialmente cogitada pela Administração.

Também se admite a incidência do dispositivo para respaldar modificações derivadas de situações preexistentes, mas desconhecidas por parte dos interessados. O grande exemplo é o das “sujeições imprevistas”, expressão clássica do direito francês e que indica eventos da natureza ou fora do controle dos seres humanos, existentes por ocasião da execução da prestação (...).

12. Para o Ministro Eros Roberto Grau:

As alterações qualitativas podem derivar tanto de modificações de projeto ou de especificação do objeto, quanto da necessidade de acréscimo ou supressão de obras, serviços ou materiais, decorrentes de situações de fato vislumbradas após a contratação.

Conquanto não se modifique o objeto contratual, em natureza ou dimensão, é de ressaltar que a implementação de alterações qualitativas requerem, em regra, mudanças no valor original do contrato.

13. Já as alterações quantitativas representam manifestações unilaterais da administração, por motivo de conveniência do serviço, que se podem processar dentro dos limites permitidos, sem que se modifiquem as especificações do contrato e os critérios definidos nas planilhas que o integram.

14. Independentemente do tipo de alteração resultante do acréscimo pleiteado, ele deverá obedecer ao limite legal. Isso porque o Tribunal de Contas da União, na Decisão da relatoria do Ministro José Antônio de Macedo, seguindo o parecer do Ilustre Subprocurador-Geral do Ministério Público junto àquele Tribunal, Lucas Rocha Furtado, firmou entendimento no sentido de que tanto as alterações quantitativas como as qualitativas estão sujeitas aos limites previstos no estatuto licitatório, seja o antigo ou o novo.

15. Pois bem, no caso em tela, verifica-se tratar, indubitavelmente, de alteração quantitativa, considerando que o TCE/TO manifestou à vontade e necessidade de crescer serviços de *buffet*, para organização e fornecimento de *coffee-break*, para atender as demandas dos eventos institucionais realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

16. Sobressai, portanto, que não há nenhuma ilegalidade na celebração de aditivos contratuais. Ao contrário, a Lei nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de alteração contratual, como já mencionamos alhures. Nesse particular, conclui-se que modificação do contrato consiste numa das prerrogativas da Administração e é uma das expressões da supremacia do interesse público, no que diz respeito aos contratos administrativos.

17. No entanto, por outro lado, não se pode olvidar que a alteração contratual, especialmente nos casos de acréscimos e supressões, deve decorrer de um fato superveniente devidamente comprovado.

18. Porquanto, a Administração tem de evidenciar, por isso, a superveniência de motivo justificador da alteração contratual. Deve evidenciar que a solução localizada na fase interna da licitação não se revelou, posteriormente, como a mais adequada. Deve indicar que os fatos posteriores alteraram a situação de fato ou de direito e exigem um tratamento distinto daquele adotado.

19. No caso em tela, coube a **COADM** apresentar as justificativas que ensejaram a solicitação de aditamento contratual, de modo a crescer os quantitativos do quadro constante da Cláusula Segunda do Contrato nº 45/2024.

20. Contudo, em que pese a solicitação do GABPR noticiar a necessidade do acréscimo em razão de eventos vindouros, em especial, o que tratará da gestão de resíduos sólidos, não consta especificação sobre o quantitativo estipulado, salvo melhor juízo, é salutar que a **COADM justifique o quantitativo** de 596 unidades de serviços de *buffet*, conforme o descrito na Planilha (0717211).

21. No que diz respeito a minuta COLCC (0717513), observa-se que esta foi elaborada em consonância com

a legislação que rege à matéria, não havendo, pois, nenhuma adequação a ser proposta.

III - CONCLUSÃO

22. Ante o exposto, considerando que o acréscimo pretendido não supera os 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido no Art. 125 da Lei nº 14.133/2021, esta Consultoria Jurídica, abstendo de manifestar-se quanto aos motivos ensejadores dos acréscimos quantitativos solicitados pelo **GABPR**, não vislumbra óbices quanto à possibilidade de celebração de termo aditivo, objetivando acréscimos de serviços contratados, em razão da melhor adequação entendida, assim, pela equipe técnica responsável do **TCE/TO**.

23. Sem embargo, aconselhamos que seja observada e atendida a recomendação contida no **item 20** desta peça opinativa.

24. É o parecer, s.m.j., o qual submetemos à consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALICE FRANCO LOGRADO**, **ASSESSOR I**, em 05/06/2024, às 11:14, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO nº 001, de 15 de outubro de 2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tceto.tc.br/sei/processos/verifica.php> informando o código verificador **0717673** e o código CRC **EF0BC1C1**.